

Fevereiro 2015

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE

- CIVIL -

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 22 de janeiro de 2015

Contrato de arrendamento – Condomínio – Locatário – Rendas – Dever de vigilância

O proprietário/locador de fração autónoma de prédio constituído no regime de propriedade horizontal não responde perante o seu locatário pelas consequências danosas decorrentes da demora na reparação dos estragos nela causados pela água caída de um tubo condutor das águas pluviais dos terraços, cuja «curva» se soltou, e que é coisa comum. De facto, não lhe sendo o evento e suas consequências imputáveis a qualquer título, não há incumprimento da obrigação, decorrente do contrato de arrendamento, de aquele assegurar a este o gozo da coisa arrendada para os fins a que se destina.

Assim, compete ao locatário lesado defender os seus direitos diretamente contra o terceiro lesante (condomínio), nomeadamente exigir-lhe a indemnização pelos prejuízos sofridos.

Por isso, não pode ele invocar perante o locador, para se eximir à obrigação de pagamento das rendas enquanto a fração estiver por reparar, a exceção de não cumprimento, *maxime* se este se inteirou que o sinistro estava coberto pela apólice de seguro contratado pelo condomínio e que o administrador logo efetuou a participação.

A Jurisprudência mostra preocupação de assegurar a ressarcibilidade dos danos ainda que se desconheça a origem exata do evento (vício da coisa, falta de cuidado na manutenção) e se não possa fazer a sua efetiva imputação ao responsável, generalizando o conceito de perigosidade e o consequente dever de vigilância e, consequentemente, reduzindo as hipóteses de afastamento da presunção de culpa.

Admite-se uma modalidade especial de responsabilidade delitual a que se associa um acrescido rigor e exigência na interpretação e aplicação dos requisitos necessários para ilidir aquela presunção, que o aproxima da responsabilidade pelo risco decorrente do dever geral de prevenção do perigo ou dos deveres de segurança no tráfego em que se insere o dever de



vigilância da coisa e que impendem sobre o *dominus*, facilitando a reparação em detrimento da sanção.

Deve o detentor da coisa – no caso, o condomínio, em particular o administrador a quem cabe, nos termos do artº 1436º, alínea f), realizar os atos conservatórios dos direitos relativos aos bens comuns – informar-se e conhecer todas as circunstâncias relativas ao projeto e às condições em que foi e se encontra edificado o prédio (verificando as plantas das redes, sua regularidade técnico-legal, perfeita e normal funcionalidade), de modo a cabalmente sobre todas as partes comuns exercer profícua, constante e eficaz vigilância, de modo a prevenir a consumação de todas as ocorrências potenciadas pelos riscos iminentes e a evitar prejuízos que a terceiros elas podem causar.

Ora, presumindo-se que o evento resultou do incumprimento do dever de vigilância, logo de culpa do condomínio, cabia a este e especialmente à ré seguradora, para quem pelo contrato de seguro transferira a sua responsabilidade civil extracontratual, alegar e provar que aquele empreendeu todas as diligências devidas de modo a convencer que nenhuma omissão censurável na vigília nem, portanto, qualquer culpa houve da sua parte na produção do resultado lesivo ou que os danos se teriam igualmente produzido ainda que não houvesse culpa sua.

Propriedade horizontal – Condomínio – Defeitos – Parte Comum

Numa ação em que um condómino pretende a reparação dos defeitos das paredes comuns dum prédio em propriedade horizontal, bem como ser ressarcido dos prejuízos sofridos na sua fração e causados pela existência desses defeitos, parte legítima é o Condomínio desse prédio.

O Administrador desse Condomínio, na sua própria pessoa, é parte ilegítima e intervirá na ação apenas enquanto representante legal do Condomínio.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 5 de fevereiro de 2015

Prestação de serviços – Revogação antecipada – Indemnização por lucros cessantes

A revogação unilateral de um contrato de prestação de serviços oneroso pela parte solicitante constitui-a na obrigação de indemnizar a prestadora dos serviços pelos danos provocados, abrangendo tanto os danos emergentes como os lucros cessantes (art. 1172º, al. c), ex vi art. 1156º do CC).

Tratando-se de prestação de serviços por tempo determinado, a quantificação da indemnização por lucros cessantes deve equivaler à diferença entre a situação patrimonial que existiria se o contrato tivesse sido integralmente executado e aquela que resultou da revogação antecipada.

A quantificação dos lucros cessantes em função das receitas projetadas para o período contratual em falta satisfaz os requisitos da probabilidade e da previsibilidade do dano a que se reportam os arts. 563º e 564º, nº 2, do CC.

- PROCESSO CIVIL -

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 770/2014, de 6 de fevereiro de 2015

Penhora de prestações periódicas

Não julga inconstitucional a norma extraída da conjugação do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2, do art.º 824.º, do Código de Processo Civil, na parte em que permite a penhora até 1/3 de prestações periódicas (limites à penhorabilidade de pensões ou prestações sociais).

Tribunal da Relação de Évora, de 29 de janeiro de 2015

Livrança – Título executivo – Preenchimento abusivo

Existe preenchimento abusivo das livranças dadas à execução, na parte que excede o montante das prestações em dívida e respetivos juros de mora à

data da interpelação dos Avalistas para o pagamento da dívida global. Apurado este valor, deve a execução prosseguir, tendo por título executivo as livranças dadas à execução, com o valor restringido ao apurado.

- BANCÁRIO -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 29 de janeiro de 2015

Cheque – Portador legítimo – Endosso – Assinatura – Procuração

O banco a que é apresentado a pagamento um cheque tem um dever geral de proteção da sua fidedignidade e genuinidade que se não esgota na estrita verificação dos pressupostos formais e literais da legitimação aparente do portador do título – implicando antes a realização das diligências que, sendo viáveis e adequadas e proporcionais às exigências do tráfico, permitam confirmar a legitimidade substantiva da posição de quem se apresenta na veste de portador do título, evitando ou obstando na medida do possível – e sob pena de não ser liberatório o pagamento efetuado – ao êxito de procedimentos fraudulentos que passem pela respetiva falsificação.

Porém, após o cheque ter entrado em circulação mediante endosso, está restringido este dever geral de proteção da fidedignidade do título, já que o art. 35.º da LUCH dá, neste caso, prevalência aos aspetos formais e literais, ao estatuir que o sacado que paga um cheque endossável é obrigado a verificar a regularidade da sucessão dos endossos – verificando o cumprimento das regras formuladas nos arts. 14.º e seguintes da LUCH mas não a genuinidade da assinatura dos endossantes.

Este regime, que se basta com a legitimação formal ou aparente do portador do título, assenta na autonomia e literalidade do direito cartular nele contido, vinculando o banco à obrigação de satisfazer tal direito próprio e autónomo do portador do título, bem como na impossibilidade prática objetiva de o banco controlar a genuinidade e autenticidade das assinaturas que integram a cadeia de endossos.

Tal regime não é, porém, aplicável no caso de o portador fundar o seu direito em endosso impróprio – mero endosso por procuração – que lhe não confere o direito autónomo à propriedade do cheque e à quantia nele titulada, mas apenas a qualidade de procurador para proceder à respetiva cobrança, sendo-lhe oponíveis as exceções que possam inquinar a posição do anterior endossante por procuração.



empregador, indicia culpa do trabalhador na não receção da comunicação.

A exclusividade da culpa do trabalhador na não receção tempestiva da comunicação, relevante nos termos do n.º 7 parte final do artigo 357.º do Código do Trabalho, afere-se da ponderação do facto mencionado no número anterior, no contexto das circunstâncias que enquadrem a cessação da relação de trabalho.

Neste caso, recai sobre o banco sacador/tomador do cheque a obrigação de conferir a existência e suficiência da procuração invocada como base do endosso impróprio, sempre que tal exigência se mostre proporcional e adequada às exigências do tráfico – o que ocorre quando o cheque, emitido por seguradora (cliente do banco/réu a favor de pessoa singular) se revela de montante consideravelmente elevado – sob pena de, não o fazendo, o pagamento efetuado não se projetar na esfera jurídica do pretendo representado.

- LABORAL -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 22 de janeiro de 2015

Despedimento – Procedimento disciplinar – Comunicação da decisão

A decisão de despedimento proferida no procedimento disciplinar é comunicada ao trabalhador visado, por cópia ou transcrição, e determina a cessação do contrato de trabalho, logo que chega ao poder do destinatário, ou dele é conhecida por forma processualmente válida. A decisão de despedimento produz igualmente efeitos e determina a cessação do contrato de trabalho quando, por culpa exclusiva do trabalhador visado, não foi por ele oportunamente recebida.

O trabalhador tem o dever de comunicar ao empregador a sua residência e as alterações da mesma que ocorram no contexto da relação de trabalho. Assim, a devolução pelos serviços postais de carta registada com aviso de receção destinada a efetuar a comunicação referida no n.º 1 e enviada para a morada do trabalhador constante dos serviços do empregador, motivada por alteração de residência não comunicada ao

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

- FINANCEIRO -

Decreto-Lei N.º 26/2015, 6 de fevereiro de 2015

Promove um enquadramento mais favorável à reestruturação e revitalização de empresas, ao financiamento de longo prazo da atividade produtiva e à emissão de instrumentos híbridos de capitalização, alterando o Sistema de Recuperação de Empresas por via Extrajudicial, o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e o Código das Sociedades Comerciais.

- FISCAL -

Portaria n.º 2/2015, de 6 de janeiro de 2015

Define as características e estrutura do ficheiro através do qual deve ser efetuada à Autoridade Tributária e Aduaneira a comunicação dos inventários.

- PROCESSO CIVIL -

Portaria N.º 30/2015, de 12 de fevereiro de 2015

Segunda alteração à Portaria n.º 9/2013, de 10 de janeiro, que regulamenta vários aspetos do Procedimento Especial de Despejo, procedendo à alteração do modelo do requerimento de despejo.

- REGISTOS -

Decreto-Lei N.º 19/2015, 3 de fevereiro de 2015

Cria, no âmbito da competência funcional do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, o Registo de Pessoas Jurídicas Canónicas.